

Racismo de Estado e Anti-Haitianismo na Construção do Nacionalismo Dominicano

Simone Rodrigues Pinto

Departamento de Estudos Latino-Americanos/Universidade de
Brasília, Brasil
smartinsrodrigues@hotmail.com

RESUMO: O Texto busca entender como operam os processos de racialização e etnização na República Dominicana, manifestados por meio de negrofobia e anti-haitianismo e fundamentados em produção acadêmica historiográfica e sociológica em relação direta com políticas públicas e política externa. Ressalta-se, dessa forma, o papel dos intelectuais engajados na construção do projeto de nação que buscam uma eufemização, resignificação e ocultação de práticas racistas e xenofóbicas, principalmente em relação ao vizinho Haiti. O arcabouço teórico-metodológico será a análise crítica do discurso, na linha de Michel Foucault e Norman Fairclough, em que fica evidenciada a natureza dialética e social do discurso, ou seja, o discurso constitui a realidade social e, ao mesmo tempo, é constituído por ela. O sujeito do discurso não só reproduz o aparelhamento ideológico e se assujeita a ele, mas é capaz também de ação crítica e transformadora. Assim, ressalta-se que na produção discursiva dominicana há resistências internas e há intelectuais que desafiam a visão hegemônica. Dessa forma, o foco deste artigo será os textos e discursos prolatados por indivíduos letrados vinculados à construção da negrofobia sem deixar de visitar os discursos resistentes a ela.

PALAVRAS-CHAVE: racismo de Estado, negrofobia, Haiti, República Dominicana.

STATE RACISM AND ANTI-HAITIANISM IN THE CONSTRUCTION OF DOMINICAN NATIONALISM

ABSTRACT: The text seeks to understand how the processes of racialization and ethnization in the Dominican Republic operate, manifested through negrophobia and anti-Haitianism, and based on historiographical and sociological academic production in direct relation with public policies and foreign policy. In this way, the role of the intellectuals engaged in the construction of a nation-wide project that seeks a euphemization, resignification and concealment of racist and xenophobic practices, especially in relation to neighboring Haiti, is emphasized. The theoretical-methodological framework will be the critical analysis of the discourse, in the line of Michel Foucault and Norman Fairclough, in which the dialectical and social nature of discourse is evidenced. The subject of the discourse not only reproduces ideological rigidity and is subject to it, but is also capable of critical and transformative action. Thus, it is emphasized that in the Dominican discursive production there are internal resistances and there are intellectuals that defy the hegemonic vision. In sum, the focus of this article will be the texts and speeches proclaimed by literate individuals linked to the construction of negrophobia but also without avoiding the speeches resistant to it.

KEYWORDS: state racism, negrophobia, Haiti, Dominican Republic.

MEMÓRIA, HISTÓRIA E NACIONALIDADE

A historiografia, como observou Michel de Certeau, traz no próprio nome o paradoxo das mediações entre “história” e “escrita”, refletido no conflito entre o real e o discurso. Ela tem, portanto, a tarefa de articular fato e narrativa e, onde este laço não é pensável, fazer *como* se os articulassem. Dessa forma, a historiografia inventa a tradição, busca impor o consenso sobre a “verdade” do passado, legitima e valida interpretações, autoriza vozes, estabelece um cânon e é construída a partir de batalhas apaixonadas para controlar as narrativas, especialmente quando o tema é nacionalidade. Enfim, a história é instrumento de poder.

Segundo Stuart Hall, as identidades nacionais são formadas e transformadas no interior das representações, assim, nação é apenas um sistema de representação cultural e as pessoas participam da ideia da nação na medida em que assimilam como ela é representada em sua cultura (49). As diferenças

culturais, raciais e étnicas vão sendo gradualmente subordinadas ao que Gellner chama de “teto político” do estado-nação, ou seja, a uma figura homogeneizadora do sujeito nacional. Nação, portanto, é uma narrativa, um discurso, uma elaboração da historiografia e da literatura nacional, reforçada pela mídia e pelas políticas oficiais de governo. Nasce da “invenção das tradições” (Hobsbawn e Ranger), de mitos fundacionais, consolidados por um grupo de letrados que se dedicam a ordenar o universo dos signos a serviço de uma elite dominante (Rama). Angel Rama fala da Cidade Letrada que tem a função de construir uma linguagem simbólica de acordo com os interesses da Metrópole. Nesse contexto estabelece-se a relação entre língua, poder e estrutura social, tão presente nas manifestações dos historiadores, dos homens políticos, dos literatos e dos periodistas (Gramsci).

A República Dominicana é um país onde o trabalho desse grupo de letrados representou um importante papel na elaboração de uma memória, de uma história, de um discurso bastante seletivo a respeito da nação e do nacionalismo. Em muitos outros países da América Latina percebe-se uma forma sofisticada de racismo que se transfigura no alinhamento da raça com nacionalidade, patriotismo e nacionalismo, mas esta articulação está particularmente ativa na República Dominicana (Gilroy 87). Ao buscar uma imagem de nação como comunidade cultural unificada, homogênea em sua *branquitude*, única em sua origem europeia, silencia e rejeita sua pluralidade racial. A diferença passa a ser anti-nacional e anti-patriótica. O racismo é socialmente construído com base em estereótipos de primitivismo e degeneração que são reforçados por uma historiografia comprometida com um projeto nacional de uma elite que detém o poder. Ser negro desqualifica para a participação na comunidade nacional.

Existe uma miríade de historiadores que investigam o sentido de raça e nação na República Dominicana e conclui que a identidade dominicana é baseada na crença de uma ancestralidade europeia, na negação da negritude e, conseqüentemente, no desprezo aos vizinhos haitianos de origem africana. Esta visão foi abraçada pela política do Estado, principalmente a partir do início do século xx. Esse tipo de análise, que enfrenta honrosa resistência, assume que todos os dominicanos igualmente negam sua origem negra, embora grande parte da população seja de negros ou mulatos, que se veem como “brancos” ou “sem cor”. Esta interpretação é vítima de uma distorção da história que reivindica apenas a herança espanhola e católica em oposição à herança africana e “bárbara”, geralmente associada aos haitianos. Essa memória “oficial” construída de forma utilitária por uma

determinada elite ao longo da história do país encontra eco em grande parte da população. Ocorre no discurso oficial da República Dominicana uma alienação psico-social que Frantz Fanon chamou de “pele negra, máscaras brancas”. Assim, qual o papel da elite letrada, formada principalmente por historiadores e romancistas, na construção do imaginário nacional e da memória social neste país?

Frantz Fanon lançou muitas luzes sobre as questões de identidade, alteridade e sobre os mecanismos inconscientes do racismo e do colonialismo a partir, principalmente, da situação da Martinica no Caribe, mas que tem seu valor inegável para outros processos sociais. Ele aborda os efeitos psíquicos e sociais do complexo de inferioridade do negro e de superioridade do branco, que geram uma auto-imagem distorcida e, conseqüentemente, formas conflitivas de identidade. Ele apresenta uma forma de alienação do negro que se configura como “vergonha de si”, uma conduta identitária alimentada por uma elite para a manutenção de uma dominação colonial e exploração econômica.

Em suas análises, Fanon enfatiza que o racismo não pode ser compreendido apenas como uma questão individual, mas trata-se de um fenômeno socialmente construído, que opera como mecanismo prévio essencial para o colonialismo e, também, fundamenta um sistema político capitalista que privilegia uma sociedade desigual e hierarquizada. Dessa forma, a ascensão social se dá pelo “embranquecimento” cultural, que oferece a oportunidade de aproximação com um modelo europeu de civilização. Assim, o racismo alia-se às engrenagens econômicas para garantir privilégios às elites brancas. Essa dinâmica socio-cultural de identificação com os europeus, – em seus hábitos cotidianos, modos de vestir, de falar, de pensar etc – foi alçada a projeto nacional na República Dominicana. Ainda que muitos negros dominicanos continuem com sua cultura e vida, em resistência a essa narrativa oficial, grande parte da elite dominante que reitera o discurso racista é formada de mulatos e negros. Esses não se identificam como negros, não se percebem como herdeiros de uma cultura africana, a qual rejeitam veementemente. Eles se representam como indo-europeus, negros brancos, ou melhor, pelas negras com máscaras brancas. Nessa camada social se manifesta a perturbação de uma representação social e psíquica do homem que deturba a formação de sua identidade e favorece o racismo. Educado e formado dentro de uma visão eurocentrada, o dominicano se pensa como branco e manifesta em seu inconsciente coletivo muitos aspectos da negrofobia.

A ilha de Hispaniola, onde se encontram o Haiti e a República Dominicana, serviu de porto de entrada para os primeiros navios trazendo escravos africanos para as colônias espanholas. Santo Domingo, capital da República Dominicana, foi o ponto de partida para a empresa imperial espanhola e o local dos primeiros mosteiros e conventos da América, da primeira catedral, da primeira prefeitura, da primeira fortaleza militar e da primeira universidade. Em 1502, o governador de Santo Domingo, Frei Nicolás de Ovando, autorizou a chegada dos primeiros escravos negros, marcando o início da história da diáspora africana no Novo Mundo. Após a conquista do México e do Peru durante o início do século XVI, no entanto, a Espanha perdeu o interesse na cidade.

Após cinco séculos de escravidão negra, a República Dominicana foi marcada de forma indelével pela presença dos negros em sua constituição social, apresentando hoje cerca de 90% de população negra e mulata. Mas nenhum outro país das Américas apresenta tamanha indeterminação quanto à noção de identidade racial de sua população (Torres-Saillant). Historicamente, a República Dominicana tem negado sua origem africana, fundada em um discurso oficial de exaltação da superioridade moral e intelectual dos brancos europeus, buscando se identificar com a parte da história que explica sua herança espanhola. No entanto, há uma enorme complexidade envolvendo o pensamento e o discurso racial no país, que afeta diretamente a construção da identidade e, conseqüentemente, o lugar da consciência histórica de sua origem racial.

Os mitos que envolvem a formação da nação dominicana e sua identidade podem ser explicados por uma intencionalidade clara na seleção dos eventos passados e de sua interpretação. Essa construção da memória, graças muito aos discursos políticos e a uma literatura específica, redesenhou o passado e afetou o imaginário nacional. Michael Pollack refere-se à disputa da memória como o enquadramento realizado por determinados grupos, que consiste em privilegiar acontecimentos, datas e personagens dentro de um aspecto previamente escolhido. Ele é feito no presente e muitas vezes se fala com uma perspectiva voltada para o futuro na tentativa de se construir uma história oficial para gerar uma identidade a partir de outro olhar. Abre-se então a possibilidade para demarcação de uma disputa entre uma memória dominante e outra subterrânea. Para a compreensão da formação da identidade nacional na República Dominicana é preciso reconhecer esse processo de construção oficial a partir da eleição de uma história “verdadeira”, que passou a ser, nas palavras de Pollack, a memória dominante.

Ao longo da história do país, percebe-se a formação da *memória dominante*, ou seja, aquela legitimada e repassada na sociedade e que expressa os valores e condutas que foram considerados legítimos, adequados e corretos pelo conjunto dos indivíduos. Para Halbswachs, a memória individual ou interna está condicionada fisiologicamente por processos bioquímicos complexos e dinâmicos, mas só existe na medida em que esse indivíduo é um produto do grupo. Logo, o sentido de memória que prevalece é sempre de uma memória social, que resulta da interação entre os indivíduos no momento presente dentro de um enquadramento social específico. Só podemos recordar quando é possível recuperar a posição dos acontecimentos passados nos marcos da memória social. É o quadro social que permite enquadrar a memória individual socialmente, por isso o imaginário nacional é gerador e perpetuador de memória não vivida individualmente. Como ponto fundamental de seu pensamento, o quadro social é portador da representação geral da sociedade, de suas necessidades e valores e é impresso na memória individual mesmo daqueles que não viveram os períodos narrados. Existe uma dimensão individual da memória, que precisa ser compreendida dentro de um quadro social onde ela está arraigada.

É importante salientar que o processo de construção de uma ideia de nação é dinâmico e constante, baseado em uma interação diária de vários atores e influenciado por diversas forças, internas e externas ao território do país. A “invenção” da nação e, nesse caso, de uma *dominicanidade*, depende de articulações múltiplas e de atores diversos, mas a conotação política subjacente não pode ser relegada. A construção da nação se desenvolve em vários níveis – individual, social e internacional – todos afetados pela dinâmica de manipulação da história e da memória que se deu ao longo dos anos na República Dominicana. A reconstrução das representações do passado impactou as percepções do presente e redefiniram as possibilidades de futuro. No caso da República Dominicana, além das relações internas entre diversos grupos etno-raciais, há um importante papel dos EUA e das relações exteriores com o Haiti na racialização da questão nacional. O nacionalismo nasce na negação da origem negra e africana, exacerbado principalmente durante as décadas de 1930 e 40 com o governo de Rafael Trujillo, apoiado por uma equipe de letrados comprometidos com a revisão historiográfica racista.

Este texto irá explorar a relação entre história, memória e nacionalismo na República Dominicana, partindo da premissa de que o imaginário nacional foi manipulado por grupos dominantes, em sintonia com uma política

mundial racista liderada pelos EUA, rivalizando com a república vizinha do Haiti, em um processo de manipulação da identidade individual e coletiva. Esse processo enfrenta resistências internas e há intelectuais que desafiam essa visão, no entanto o centro da discussão desse artigo serão textos e discursos prolatados por indivíduos letrados vinculados a essa construção da máscara branca. A premissa teórica, portanto, é foucaultiana: a classe que detém o saber e a capacidade de disseminar seu discurso ideológico detém o poder. Nesse caso, perpetuando uma ideia de nacionalismo racista.

RAÇA E ANTI-HAITIANISMO NA CONSTRUÇÃO DO NACIONALISMO DOMINICANO

Santo Domingo, primeira capital do império espanhol no continente americano, foi o mais antigo lugar de dizimação dos indígenas e de ocupação da Europa nas Américas e o primeiro núcleo das plantações de açúcar escravistas. A formação da nação dominicana apresenta semelhanças com outros processos de consolidação nacional pós independência na América Latina e, ao mesmo tempo, apresenta peculiaridades que oferecem uma riqueza de análises sobre raça, gênero e nação ainda muito atuais. O Estado foi formalmente inaugurado em 1844 com a independência do Haiti e desde então os líderes políticos comprometeram a soberania da ilha com repetidos convites para que poderes estrangeiros governassem o país, levando à anexação a Espanha de 1861 até 1865. Assim, o processo de construção da nação se deu bem mais tarde, talvez apenas depois da morte do presidente Ulises Heureaux, que governou de 1887 a 1899, começaram os esforços de constituir uma identidade dominicana. A formação de uma noção coletiva de identidade nacional envolveu uma mudança das representações políticas e a criação de uma autoimagem útil para uma parte da elite no processo retardado de formação do estado. Neste processo podemos destacar a formação de uma memória e história oficiais, criadas a partir de mitos fundadores da nação e de heranças étnicas e raciais seletivas. Nesse processo, muitas histórias, línguas, culturas e raças foram silenciadas em nome de uma memória dominante.

O estudo da construção dessa identidade oficial do que constitui o “dominicano”, não deve pressupor que outras formas de identidade e manifestações culturais não continuem existindo em nichos internos de resistência. O silenciamento e a obscuridade da raça negra e da africanidade

na República Dominicana fez e faz parte de uma estratégia política de constituição de uma identidade bastante situada no tempo e no espaço. A imagem do real e legítimo dominicano foi construída sobre bases históricas e geográficas bem definidas, cujo modelo principal é o rico agricultor do norte, Cibao, com uma propriedade de tabaco, herdeiro das famílias bem estabelecidas de origem espanhola, defensores de uma política liberal.

No caso da República Dominicana, um fator fundamental na compreensão da formação da identidade nacional é a relação com a República do Haiti, com a qual divide a ilha e tem uma relação complexa de alteridade. Fundados na crença de uma herança europeia hispânica e na rejeição dos haitianos, de origem africana, essa política foi exacerbada no período da ditadura de Rafael Trujillo (anos 1930), que tinha um projeto nacional diferenciado com componentes mais amplos da sociedade, porém altamente negrofobo. Trujillo foi bem-sucedido na incorporação do campesinato na vida política do país, no entanto, iniciou uma política de extermínio e expulsão de haitianos, ainda que seja possível perceber a presença da negrofobia e da rejeição ao Haiti bem antes desse período.

A República Dominicana é uma nação híbrida, com uma grande complexidade étnica e racial, que gera espaços de acomodação, resistência e negociação das identidades, simultaneamente, no nível individual e no nível da comunidade. A origem do ressentimento com o país vizinho pode ser mapeada desde o século XVI. A pujança da colônia francesa, antiga possessão espanhola, era motivo de ressentimento e desconfiança. Na obra de Antonio Sanchez Valverde, de 1785, o clérigo dominicano clamava por uma intervenção espanhola para restaurar a “glória” da primeira colônia da Espanha no Caribe. Em sua obra, chamada *Idea del valor de la Isla Española y utilidades que de ella puede sacar su monarquía*, Sanchez Valverde exalta a superexploração do negro na colônia francesa de Saint Domingue e conclama a Espanha a importar mais escravos e incrementar a exportação. Em seus escritos já há um uso do indigenismo como meio de explicar a formação étnica de Santo Domingo, buscando nos indígenas originários a explicação para a falta de pureza do sangue dominicano. A retórica racial de Sánchez Valverde, excluindo a influência dos negros na composição identitária dominicana, foi retomada de forma recorrente pela literatura posterior (San Miguel). Diante da inegável mestiçagem presente na população, muitos autores do século XVIII reconheciam o fenômeno a partir da mescla de duas origens apenas: o indígena e o europeu. Sánchez Valverde desenvolve uma genealogia histórica que busca as origens de sua

classe social nos primeiros conquistadores e justifica sua visível pele mulata no contato com os indígenas taínos. A nostalgia dos tempos de glória sob o império espanhol se reitera no final do século XIX e início do XX, trazendo à reboque a mistificação da composição racial indo-europeia, a crença na homogeneidade racial nacional e a total rejeição à herança africana.

No bojo da Revolução Haitiana, Santo Domingo foi anexada e ficou sob a autoridade do Haiti de 1822 a 1844. Durante este período, a escravidão foi abolida, terras foram confiscadas, senhores de escravos fugiram do país e clérigos católicos foram expropriados de suas terras, conventos e hospitais. Esta elite, humilhada durante a administração haitiana, mais tarde se tornou a elite política e intelectual da nova República Dominicana. O compêndio de três volumes sobre a história dominicana de José Gabriel García, de 1878, reiterou esse ressentimento e realimentou a nostalgia pela era esplendorosa do período colonial sob o domínio da Espanha. Gabriel García evoca um forte sentimento de nacionalismo dominicano, permeado por um romântico sentimento de exaltação dos taínos e da já conhecida depreciação dos haitianos como desprovidos da “noção de progresso ou ideias de glória” (San Miguel).

A política haitiana do então governador do Haiti, Jean Boyer, preconizava a indivisibilidade da ilha e baseou-se na subjugação da República Dominicana e na supressão da formação de uma nacionalidade própria. Daí começa a surgir um antagonismo histórico entre as repúblicas irmãs recém independentes de suas metrópoles europeias, que possuíam óbvias diferenças linguísticas, raciais e culturais. A disputa na fronteira entre o Haiti e a Dominicana continuou até o início do século XX, exacerbando a percepção dos haitianos como invasores pelos poderes oficiais.

A República Dominicana foi impactada pela Revolução Haitiana e a libertação dos escravos negros assim que Toussaint L'Ouverture unificou a ilha em 1801. Enquanto as outras colônias espanholas continuavam suas economias baseadas na escravidão, os brancos proprietários de terras e escravos tiveram sua fonte de riqueza abruptamente tomada. Houve um grande aumento dos negros livres e com isso o incremento da mestiçagem que gerou um impacto na hierarquia econômico-social. Mestiçagem é um processo muito complexo, que envolve mais do que a mescla de raças, é acompanhado por um choque de culturas. Gaspar Arredondo y Pichardo, antigo proprietário de terras e exilado em Cuba, escreve em 1814 que “we endured all sorts of vexation and were levelled with our own slaves in the

military service and in all public events”¹ (Torres-Saillant). Era humilhante para os brancos perceberem a ascensão social dos negros livres.

Ainda no século XVIII, em 1784, as autoridades coloniais espanholas compilaram o Código Negro Carolino para regular a administração econômica, política e moral dos negros, baseado nas recomendações dos clérigos e proprietários de Santo Domingo. Nele está expresso que é responsabilidade dos escravos e dos negros livres a pobreza e a situação deplorável em que se encontrava Santo Domingo.

Outro nível importante para a compreensão da formação da identidade no país é a relação com os EUA, principalmente nos primeiros anos do século XX. A influência significativa da política e da ideologia imperialista norte-americana na região não pode ser deixada de fora de qualquer análise de construção da nação no Caribe ou na América Latina. Os Estados Unidos forjaram nas repúblicas caribenhas suas ideias de governo democrático e cidadania com um peso de princípios universais a serem seguidos, deslegitimando outras formas de pensar o tema. O preço foi uma percepção da República Dominicana e, conseqüentemente, do Haiti, profundamente racializada e polarizada.

A polarização e racialização das diferenças entre os dois países foi exacerbada pelos relatórios enviados pelos representantes diplomáticos dos EUA, enviados para investigar as condições dos dois países com vistas a um reconhecimento da independência. As informações divulgadas à presidência e ao congresso norte-americano afirmavam que os haitianos eram africanos e bárbaros e, em contraste, os dominicanos eram de pele clara ou brancos. A nova república caribenha buscou se inserir numa ordem econômica dominada por estados ocidentais dentre os quais a figura do negro era marcada por estereótipos de inferioridade e atraso. Em dezembro de 1844, o secretário de Estado dos EUA John C. Calhoun falou sobre a necessidade de ajudar a República Dominicana por meio de seu reconhecimento formal a fim de prevenir “the further spread of negro influence in the West Indies” (Torres-Saillant, 1998). Calhoun, como outros políticos e jornalistas do século XIX, não viam essa nova república como “negra”. Quando o agente americano John Hogan chegou em 1845 à República Dominicana com um mandado para verificar as condições de seu reconhecimento pelos EUA, lamentou a predominância de uma população de origem africana no país e

¹ “Nós sofremos todos os tipos de vexação e fomos nivelados com nossos próprios escravos no serviço militar e em todos os eventos públicos” (tradução da autora).

questionou se a presença de tão grande proporção de “pessoas de cor” não poderia enfraquecer os esforços governamentais para conter as agressões do vizinho Haiti. O enviado americano a Santo Domingo, Jonathan Green, escreveu em 1849 que a violência do Haiti contra o país havia reforçado uma identidade branca a ponto de que mesmo os negros afirmassem “Soy negro, pero negro blanco” (Welles *apud* Torres-Saillant 104.). A formação de um imaginário de embranquecimento do país prevaleceu nos primeiros anos de formação do Estado, levando a afirmações por parte de políticos, internos e estrangeiros, de que apesar da mestiçagem evidente, o “sangue branco” predominava.

Outros intelectuais e escritores ajudaram a construir essa imagem do dominicano como fruto da mestiçagem entre brancos europeus e índios taínos, omitindo totalmente o papel histórico dos negros africanos trazidos para o país. Em toda a América Latina cresciam os estudos, apoiados no positivismo e no darwinismo, sobre as causas do subdesenvolvimento do continente, baseados na ideia dos malefícios da mestiçagem e na necessidade de embranquecimento das nações. Nesse mesmo período, as ideias de democracia racial desenvolvidas desde o Brasil ganharam repercussão na República Dominicana. Ao mesmo tempo em que se proclamava a inexistência de racismo (democracia racial) na República Dominicana, uma série de medidas eram tomadas, no início do século XX, a fim de incentivar a entrada de imigrantes brancos e suprimir a chegada de mais imigrantes negros. Esse paradoxo é mais um de tantos na formação da imaginação racial do país. A despeito da negrofobia presente nos discursos oficiais e nas políticas migratórias é clara a contribuição da cultura negra e africana para a formação identitária do país.

O currículo nacional de educação da República Dominicana seguiu estreitamente os modelos europeus, o que significou a adoção dos paradigmas racistas que prevaleciam no Ocidente. Mesmo o educador portoriquenho que contribuiu enormemente para o sistema educacional dominicano, Eugenio María de Hostos, reproduzia o ideal caucasiano de civilização e progresso ao afirmar que somente os brancos poderiam ser os veículos desses nobres objetivos. Nos anos 1880, ele elogia o esforço do governo dominicano para trazer migrantes da Rússia e da Alemanha, como pessoas que trariam incalculável benefício para os valores da verdadeira civilização.

Estas construções epistemológicas sofrem uma guinada no regime de Rafael Trujillo, um mulato de pele clara, neto de uma mulher haitiana, que

creceu entre as forças militares norte-americanas e se tornou presidente por meio de golpe em 1930. Em seu governo ditatorial, as fronteiras foram redesenhadas por meio de tratados internacionais, genocídio e etno-nacionalismo numa escala sem precedentes. Para isto, ele soube utilizar como ninguém a legitimidade dos eruditos e intelectuais para reescrever a história da República Dominicana conforme um modelo de identidade apropriado para seus interesses. A narrativa historiográfica ganhou novos contornos, perpetuando o Haiti como uma perigosa ameaça e desconsiderando a histórica colaboração entre dominicanos e haitianos que se dava principalmente na fronteira.

Foi nesse momento que se consolida a identificação histórica da população dominicana com os habitantes indígenas taínos de Hispaniola. Etnicamente, os indígenas passam a representar uma categoria não-branca, mas também não-negra, acomodando uma percepção diferenciada da mulatex no país. Assim, o mulato da República Dominicana não fazia nenhuma alusão a qualquer herança africana. Essa visão, exacerbada no governo Trujillo, foi enfaticamente formulada por várias figuras importantes da academia e da política, mas ganharam repercussão por meio de dois letrados em particular: Manuel Arturo Peña Batlle e Joaquín Balaguer. O primeiro dedicado a mostrar a ameaça da República negra vizinha, o último, preocupado com a inferioridade biológica e moral dos negros, que colocava em risco os valores da civilização ocidental. Ambos considerados os pais do novo anti-haitianismo, que articulava nacionalismo, negrofobia e oposição ao Haiti.

O grupo de intelectuais que trabalharam a serviço da ditadura negrofóbica e anti-haitianista de Trujillo reuniu muitos respeitados escritores e acadêmicos como Jacinto Peynado, Arturo Logroño, Ramón Emilio Jiménez, Virgilio Díaz Ordoñez, Emilio Rodríguez Demorizi, Manuel de Jesús Troncoso de la Concha, Max Henriquez Ureña, Ramón Marrero Arísty, e Tomás Hernández Franco. Nenhum deles pode ser considerado tão importante para a consolidação da ideologia racista de Trujillo quanto Peña Batlle e Balaguer (Peña). A partir de seus esforços, a questão racial e o discurso nacionalista anti-haitiano passam a se manifestar em diversos planos, como nas políticas governamentais, na diplomacia e, principalmente, no intensivo esforço de vários intelectuais para reforçar e fundamentar uma revisão da história e da memória do país com base em interpretações racistas e xenófobas.

Peña-Batlle dá continuidade ao projeto de Sánchez-Valverde de exaltação e idealização do passado colonial sob o domínio espanhol, sempre em

contraste degradante com a experiência em Saint Domingue². Três obras resumem sua concepção de anti-haitianismo: *Política de Trujillo*, *Orígenes del estado haitiano* e *Historia de la cuestión fronteriza dominico-haitiano*. Em suas palavras, Santo Domingo em 1795 “was more Spanish the Godoy and Ferdinand VII and represented the values of tradition with greater purity and meaning that did they” (Aristy). E segue afirmando os perigos que o domínio haitiano representou para esta excelência de valores e essência de sua nacionalidade. Para ele, os dominicanos eram culturalmente brancos, apesar da mescla de raças. Suas análises, ainda que racistas como as de Balaguer, estavam mais centradas na preservação de uma cultura hispânica homogênea, de um modo de vida dominicano livre de influências haitianas e africanas. Dessa forma, a existência de uma fronteira bicultural e bilíngue era extremamente danosa à nação dominicana.

A política de *dominicanização* de Trujillo se manifestou fortemente na definição clara das fronteiras com o Haiti e Peña-Batlle teve um papel importante como consultor legal dos negociadores. Ele escreve em 1945 que sob o regime de Trujillo a República Dominicana teve vitórias inimaginadas, principalmente com respeito ao caráter hispano da nacionalidade dominicana. Elogia o enfrentamento efetivo que Trujillo fez ao estado do Haiti e o elege como protetor da nacionalidade dominicana contra as supostas pretensões expansionistas do vizinho. Em seus escritos consegue ainda justificar as mais abomináveis atrocidades da política ditatorial de Trujillo, inclusive o massacre de haitianos na fronteira do país em 1937. Para ele, esta foi uma das “vitórias inimagináveis”, que denomina com o eufemismo de “poda”.

Em outubro de 1937, Rafael Trujillo ordenou o massacre de cerca de 15.000 haitianos que viviam na República Dominicana, pelo simples motivo de serem haitianos³. O ataque veio como uma surpresa completa para estes haitianos, bem como para muitos dominicanos, e atingiu mulheres, homens e crianças indiscriminadamente. Nenhum evento prévio os havia advertido do que estava prestes a acontecer. Trujillo ordenou que seus soldados

² A volumosa obra de Angel Del Rosario Sánchez, *La exterminación añorada* (1957), além dos escritos eruditos de Manuel Arturo Peña Batlle, são exemplos de anti-haitianismo transformado em fundamentações acadêmicas do discurso político para construir uma determinada memória social.

³ O massacre também ficou conhecido como Massacre de Pelejlil ou salsinha. Isto porque, diante da dificuldade de distinguir os haitianos na fronteira, as tropas de Trujillo levavam um ramo de salsinha e obrigavam as pessoas a pronunciar seu nome, certos de que os haitianos não conseguiam pronunciar corretamente a palavra.

usassem facões em vez de armas, uma brutalidade expressa pelo nome que se deu em espanhol, *El Corte*. Aqueles que sobreviveram viveram com lesões permanentes, cicatrizes e deficiências, bem como o trauma psicológico de ter sobrevivido a um genocídio. O massacre era parte do programa de Trujillo de dominicanização da fronteira, onde se concentravam muitos haitianos e dominicanos descendentes de haitianos, permitindo uma maior mestiçagem racial, cultural e religiosa. Cabe lembrar que o massacre ocorre em um momento em que a Europa vivia a ideologia da purificação racial por meio do fascismo na Espanha e a ascensão de Hitler na Alemanha.

Para compreender melhor o massacre, é preciso colocá-lo no quadro maior dos discursos ideológicos nacionalistas na República Dominicana. O racismo presente nestes discursos era travestido de narrativa nacionalista e a mestiçagem era identificada com degeneração física e moral. Esta construção era predominante em toda a América Latina nesse período, alimentada por seu equivalente europeu de limpeza étnica. Historicamente, genocídio e limpeza étnica são inevitavelmente antecidos de propaganda ideológica visando desumanizar as pessoas que se tornarão alvos do massacre.

Surge, no mesmo período, um discurso de base malthusiana, como uma modalidade reacionária de antropologia física sobre raça e cor, a partir da obra de Joaquín Balaguer. Ele foi autor de mais de cinquenta volumes, incluindo vários livros de poemas e ensaios de interpretação histórica, bem como um romance e uma história da literatura dominicana. Balaguer também é considerado um dos políticos mais influentes do país no século xx. Iniciou sua carreira em 1930, como um obscuro servidor público sob a brutal ditadura de Rafael Leónidas Trujillo, e governou a República Dominicana por vinte e dois anos não consecutivos entre 1966 e 1996⁴. Sua ascensão ao topo da estrutura de poder tem sido associada à publicação de *La realidad dominicana: semblanza de un país y de un régimen* (1947) e *La isla al revés* (1987). Sua obra tornou-se a peça central do discurso oficial e consolidou sua reputação como um dos principais ideólogos do regime, em que procurou legitimar a reivindicação de Trujillo ao poder, retratando o ditador como uma figura messiânica. Esse foi um mito adotado por muitos outros autores trujillistas, mas o que distingue a obra de Balaguer é a retórica pseudocientífica que ele adotou para retratar os dominicanos como racial e culturalmente superiores aos seus vizinhos haitianos.

⁴ Governou o país de 1966, após a invasão norte-americana, até 1978, e depois retornou à presidência em 1986 e 1994.

Em *La realidad dominicana*, Balaguer trata as questões relativas à República Dominicana sempre relacionadas a sua proximidade ao Haiti. Ele afirma que os haitianos conseguiram se infiltrar em todas as partes da sociedade dominicana e que tinham corrompido seus valores e senso de identidade. Os argumentos de Balaguer baseiam-se estritamente numa visão racista, que adota estereótipos negativos e falsos sobre os haitianos para apoiar suas suposições sobre as formações raciais, étnicas e culturais dominicanas. Na visão de Balaguer, raça em seu sentido fenotípico é sinônimo de nacionalidade, assim, a identificação com a fisionomia espanhola, não negra, é fundamental como projeto de nação na República Dominicana. Em sua interpretação, raça, etnia, nacionalidade e cultura são sinônimos. Ele escreve que:

El problema de la raza es, por consiguiente, el principal problema de la República Dominicana. Si el problema racial tiene una importancia inculcable para todos los países, para Santo Domingo principalmente esa cuestión cobra, por las razones ya señaladas, una trascendencia inmensa, puesto que de ella depende en cierto modo la existencia misma de la nacionalidad que se halla desde hace más de un siglo en lucha contra otra raza más prolífica (124-125).

Para ele, a influência africana e haitiana era totalmente perniciosa e, conseqüentemente, toda migração haitiana deveria ser repelida. Nesse aspecto, a mestiçagem contemporânea era mais perigosa que a dominação de Boyer e a influência da Revolução Haitiana porque altera aspectos biológicos da genética dominicana. Conseqüentemente, Balaguer era um árduo crítico de Bartolomeu de Las Casas, por sua recomendação de substituir o trabalho indígena pela importação dos negros da África. Condena a Las Casas não porque considerou a escravização dos africanos injusta, mas porque sua presença “poluía” a herança genética dos caribenhos. Balaguer culpa Las Casas pela introdução dos “elementos espúrios” dos escravos africanos que contaminaram a “raça hispânica”.

Balaguer afirmou que as cidades da fronteira, devido a sua proximidade com o Haiti, praticamente quebraram seus laços com o governo dominicano. Ele sugeriu que a lealdade das pessoas que residiam na fronteira era suspeita por causa da mistura de culturas e costumes haitianos e dominicanos. Condenou o bilinguismo dos camponeses que viviam na fronteira como um sinal adicional de sua impureza. Balaguer finalmente concluiu que a mistura de sangue haitiano e dominicano não só manchou a pureza

dominicana na fronteira, como também manchou o patriotismo dominicano entre esses povos biculturais e bilíngües (*La realidad* 98). Além de se referir aos haitianos como anti-higiênicos, afirmou que os haitianos eram incestuosos e preguiçosos por natureza, atributos que estavam manchando a sociedade dominicana. Por meio de sua teorização sobre a inferioridade racial dos haitianos e sua crença no excepcionalismo e superioridade dos dominicanos, ele expressava cada vez mais seu medo paranóico de uma invasão da república vizinha e a necessidade premente de ações repressivas, especialmente na fronteira.

Sendo assim, Balaguer desempenhou um papel proeminente durante o genocídio dos haitianos em 1937, primeiro em sua posição como Ministro de Relações Exteriores em exercício e depois como membro da elite intelectual que assumiu a tarefa de reconfigurar os assassinatos retratando os haitianos como uma ameaça à sobrevivência da Nação dominicana. Seu trabalho para minimizar o impacto na arena internacional começou logo após o início do massacre. Ele apoiou Trujillo em sua campanha para salvar a essência da nação da ameaça haitiana, implementando uma política demográfica que visava impedir que o número de negros na República Dominicana fosse maior do que o número de brancos e mestiços (*La realidad* 116).

Numa carta oficial datada de 10 de outubro de 1937, dirigida a Evremont Carrié, o enviado diplomático haitiano à República Dominicana, Balaguer minimizou a magnitude do que chamou de incidentes menores ligados a roubos recentes perpetrados por haitianos na região. Oito anos mais tarde, Balaguer, na época embaixador diplomático em Bogotá, se referiu novamente ao massacre em uma carta aberta a destacados intelectuais colombianos que criticaram a política anti-haitiana de Trujillo.

Los sucesos de 1937, los cuales los enemigos del gobierno dominicano han tratado de pintar en el exterior como una inicua masacre de inermes masas haitianas, fueron el estallido en el alma de nuestro campesino, de un sentimiento de defensa y de protesta contra cuatro siglos de depredaciones realizadas en las provincias del norte del país por grandes bandas de merodeadores haitianos (“Carta” 505).

Balaguer compara o conflito dominico-haitiano com a conquista de Granada, o último reino mourisco na Península Ibérica e a expulsão dos judeus da Espanha.

Esa empresa equivale a fijar definitivamente la constitución histórica de la República y puede compararse, guardadas desde luego las distancias, con la que realizó Isabel la Católica para extirpar de España a la morisma y para mantener la pureza de la religión con el memorable edicto de 1492 (“Carta”).

A comparação se repete no livro *La realidad dominicana*, em que Balaguer afirma que “la extirpación del merodeo de las comarcas fronterizas no es una de esas tareas que pueden cumplirse fácilmente sin efusión de sangre”. No modelo de Balaguer, as pessoas mortas em 1937 não eram meramente cidadãos de um país estrangeiro, mas representantes da “raça africana”, ou seja, inimigos do cristianismo e de sua concepção de civilização (Serrata, “Anti-Haitian” 271). Essa política também envolveu um esforço para incutir nos dominicanos uma apreciação pela sua herança espanhola. A campanha continuou muito além do fim do governo de Trujillo, com a restauração dos monumentos da cidade e a construção do farol do memorial de Colombo, uma estrutura maciça erguida como parte da comemoração do Quincentenário de Cristóvão Colombo.

Em *Guía emocional*, a referência aos assassinatos ordenados por Nicolás de Ovando no século XVI nos remete ao conflito de 1937. Para Balaguer, o massacre de Jaraguá é uma figura prenunciando os assassinatos em massa de haitianos, o que agora pode ser entendido como o cumprimento do primeiro. O massacre de Jaraguá, em julho de 1503, foi o assassinato brutal de indígenas, ordenado por Nicolás de Ovando. Ovando liderou uma expedição de 300 homens e muitos nativos locais em Jaraguá, atraiu os nativos para um suposto torneio e matou a todos, queimando vivos oitenta caciques e enforcando a líder dos taínos na região, Anacaona. Separados no tempo por quatro séculos, ele descreve os massacres como a luta entre a civilização e a barbárie e exalta tanto Ovando quanto Trujillo como defensores da nação.

Sua vasta obra e sua interpretação da história, envolta em uma aura de cientificismo, ganhou significativa repercussão no país. Seu legado de negrofobia, anti-haitianismo e exaltação dos valores europeus são sentidos até hoje.

Cabe mencionar que complexo explorado nos escritos de Fanon é tão forte que teremos inúmeros exemplos de negros e mulatos exaltando, em suas obras, a superioridade branca. Recentemente, um jovem intelectual negro, Manuel Núñez, escreveu que a influência haitiana e a presença africana na República Dominicana podem levar à “desnacionalização” no país e gerar o

declínio da cultura dominicana. Em 1990, o mulato Luis Julián Pérez escreve um livro em que glorifica a anexação à Espanha em 1861 como a última e decisiva batalha vencida pelos valores hispânicos e define os dominicanos como uma comunidade de origem hispânica, em virtude dos costumes e tradições, religião, língua e em constante interação com a civilização europeia. Ainda acrescenta que aos haitianos faltam os atributos de um homem civilizado. Mesmo Juan Bosch, reconhecido líder anti-Trujillo, reforçou, principalmente em seus primeiros escritos, a permanente rivalidade com os habitantes das duas colônias da Hispaniola. Ele escreve que a Revolução Haitiana afetou Santo Domingo negativamente, paralisando a produção e gerando o êxodo de famílias cultas e ricas (San Miguel).

No entanto, mesmo que o racismo e o anti-haitianismo ainda tenha firme fundamento na sociedade dominicana, um forte movimento de desconstrução desta ideologia e dos mitos que ela sustenta tem ganhado força e adeptos. A sociedade dominicana é uma sociedade em transição.

NOTAS SOBRE O NOVO REVISIONISMO HISTÓRICO

Ainda que a retórica trujillista continue forte, emergiu na década de 1980 um grupo de historiadores, sociólogos e figuras literárias dominicanas e haitianas que tem produzido trabalhos contestando as noções racistas e nacionalistas que foram perpetuadas pelo regime de Trujillo. O fim da forte censura fez surgir uma contra-narrativa anti-trujillista para discutir questões de raça, diferença racial e relações dominicano-haitianas a partir de uma perspectiva diferente. Cabe mencionar os trabalhos de Carlos Andújar Persinal, Celsa Albert Batista, Hugo Tolentino Dipp, Rubén Silié, Silvio Torres-Saillant, Ginetta Candelario dentre muitos outros. Eles desafiam as narrativas comumente aceitas da história da República Dominicana e do sentimento anti-haitiano. Cabe destacar três frentes de trabalho a respeito da abordagem do anti-haitianismo e da dominicanidade: a revisão das explicações das causas do massacre haitiano de 1937, a introdução de histórias orais e silenciadas na narrativa do massacre e a busca de identificar a presença e a influência africana na República Dominicana (Peña).

O romance histórico de Freddy Prestol Castillo intitulado *El Masacre se pasa a pie*, publicado no início da década de 1970, foi um marco neste

processo de reescrita da história. Sua narrativa centrou-se inteiramente no massacre haitiano e apresentou uma versão dos eventos com base em sua própria experiência. Como funcionário do governo, Castillo estava lotado na fronteira quando o massacre ocorreu e começou a escrever suas memórias logo em seguida. Na introdução de seu livro, Castillo dá uma descrição vívida do massacre e de sua determinação em ocultar o manuscrito durante o governo de Trujillo, publicando a obra somente depois da morte do ditador. A publicação de seu livro chamou a atenção do público dominicano para os eventos que ocorreram quase quatro décadas antes e, embora muitos indivíduos tivessem publicado livros críticos ao regime de Trujillo, nenhum antes de Castillo havia abordado o massacre em detalhes. O seu trabalho esclarece um evento que foi amplamente ocultado, permitindo que o genocídio fosse falado publicamente pela primeira vez. Além disso, este trabalho gerou muito interesse entre vários jovens estudiosos, que começariam a publicar no início dos anos 80.

Da mesma forma, Suzy Castor, Bernardo Vega e José Israel Cuello tornaram-se três dos líderes do movimento revisionista, olhando para o massacre haitiano e as explicações comumente aceitas através de uma lente histórica diferente. Como os relatos dominicanos da história dominicano-haitiana sempre demonizaram os haitianos, Castor, Vega e Cuello engajaram-se na reconstrução das narrativas passadas.

A historiadora haitiana Suzy Castor publicou *Migraciones y relaciones internacionales (El caso dominico-haitiano)* em 1983. Sua monumental pesquisa analisou as relações dominico-haitianas e as condições dos trabalhadores migrantes haitianos na República Dominicana para buscar explicações ao massacre haitiano, suas causas e consequências. Da mesma forma que Prestol Castillo, ela retratou uma imagem horrenda do genocídio (Peña 83). Em 1985, Cuello publica uma compilação de documentos muito reveladores, *Documentos del conflicto dominico-haitiano de 1937* e Vega, historiador, jurista e ex-embaixador dos EUA publica um livro onde reconta a história das relações entre Haiti e República Dominicana no período Trujillo e termina com uma ampla descrição do massacre. Com o intuito de compreender melhor o massacre de 1937, os historiadores Juan Manuel García e Miguel Aquino García realizaram entrevistas ao longo da fronteira, coletando histórias orais de vítimas, sobreviventes, perpetradores e testemunhas do massacre. As histórias orais apresentadas por García e Aquino García complementaram as obras de Castor, Cuello e Vega, e apoiaram a necessidade de revisitar essa história.

O historiador Juan Manuel García publicou sua obra *La matanza de los haitianos: genocidio de Trujillo, 1937* na República Dominicana em 1983. García envolveu-se em pesquisa arquivística e histórica ao entrevistar sobreviventes do massacre. O resultado foi uma narrativa abrangente sobre o massacre e suas consequências nefastas. Publicado mais cedo do que as obras de Cuello e Vega, o livro de García foi o primeiro estudo histórico do massacre escrito por um dominicano e publicado na República Dominicana. García entrevistou moradores das regiões fronteiriças que lembravam do massacre, sobreviventes e alguns homens que participaram dos assassinatos. Ao reunir diferentes perspectivas e fontes, ele gerou uma narrativa histórica que, como o trabalho de Castor, desafiou as interpretações sancionadas pelo governo de Trujillo. Em 1988, Miguel Aquino García publica *Holocausto en el Caribe: Perfiles de una tiranía sin precedentes, la matanza de haitianos por Trujillo*. A associação com o holocausto de judeus na Segunda Guerra era imediata. As extensas entrevistas que ele conduziu permitiram-lhe integrar histórias orais e testemunhos de diferentes atores numa narrativa bastante inclusiva.

Muitos autores importantes desse movimento revisionista estão engajados em criticar os trabalhos produzidos pelos letrados de Trujillo. Especialmente, Ernesto Sagás, Andrés Mateo e Pedro L. San Miguel têm obras importantes que procuram desconstruir os argumentos de Balaguer, Peña-Batlle e outros. Também, no campo da literatura, romances baseados na história do Haiti e da República Dominicana têm um papel fundamental neste debate por serem mais acessíveis ao público em geral. Em 1989, o erudito e poeta haitiano René Philoctète publicou *Massacre River*, em que conta a história de um marido que tenta salvar sua esposa haitiana do massacre. Philoctète descreve o massacre com detalhes intrincados e coloca uma ênfase profunda nas semelhanças encontradas entre dominicanos e haitianos que vivem na fronteira. Um tipo semelhante de narrativa emerge na obra literária de Edwidge Danticat. Danticat lançou seu segundo romance, *The Farming of Bones*, em 1998. O romance recebeu aclamações críticas por seu retrato pessoal e íntimo do massacre. As narrativas vivas e emotivas de Danticat sobre os eventos permitiram que o público entendesse o terror e o horror gerados pelo genocídio. Muitos outros trabalhos, incluindo o de Julia Alvarez, *How García Girls Lost Their Accents*, o de Mario Vargas Llosa, *La fiesta del chivo*, e o de Junot Díaz *The Brief and Wondrous Life of Oscar Wao* abordaram o massacre haitiano como parte de sua trama.

A República Dominicana encontra-se atualmente numa fase de contradições. Enquanto o anti-haitianismo continua a afetar e impulsionar a vida cotidiana, existe um movimento ativo que chama à reflexão. O terremoto de 2010 que arrasou o Haiti serve de exemplo dos paradoxos que estão presentes na sociedade dominicana. Enquanto muito se mobilizaram de forma rápida e solidária para ajudar seus vizinhos, alguns políticos alertavam para os perigos da migração haitiana e da contaminação cultural e racial provocada pela nova onda de migração. Dois dias após o terremoto, o presidente Fernández estabeleceu um Centro de Ajuda em Jimaní, a zona fronteiriça do sudeste mais próxima ao epicentro do terremoto. Nos meses que se seguiram ao terremoto, os dominicanos doaram milhares de litros de sangue, comida, água e suprimentos médicos e contas bancárias foram criadas para doações monetárias ao Haiti. Mas figuras públicas e políticos continuavam a afirmar que o país estava culturalmente ameaçado por uma grande presença de haitianos, e alguns até vão sugerir a expulsão em massa de milhares de haitianos (Peña). Esses sentimentos são indicativos da persistência do sentimento anti-haitiano, apesar das tentativas iniciais de melhorar as relações entre os dois países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Milagros Ricourt, existem diferentes comunidades imaginárias dentro do mesmo espaço-tempo nacional dominicano: primeiro o imaginário colonizado, que representa a continuidade do quadro colonial de poder e, segundo, um imaginário subversivo, daqueles que se identificam com a origem negra e estão prontos a lutar contra o racismo. Apesar dessa anomalia histórica ter gerado no imaginário nacional a ideia de que a República Dominicana é a “mais hispânica nação das Américas” ou a “mais antiga população cristã”, percebe-se que há um crescente movimento de contestação, principalmente a partir da diáspora dominicana nos EUA. Os que antes se viam como branqueados em relação aos seus vizinhos haitianos, em contraste com a sociedade americana são identificados como negros. Uma das maiores comunidades de migrantes caribenhos dos EUA é de dominicanos e este contraste tem gerado uma reaproximação com suas origens africanas.

O excelente desempenho nas eleições presidenciais de 1994 do candidato negro, de descendência haitiana, José Francisco Peña Gómez, apesar da

campanha racista liderada pelo então presidente Joaquín Balaguer, foi expressiva. Manobras políticas não permitiram que Peña Gomez assumisse e Balaguer continuou no poder. Mas a resposta eleitoral dada pela sociedade a esse discurso racista e negrofóbico é digna de ser notada.

A formação de uma consciência nacional não foi um processo espontâneo, que nasceu no coração de uma comunidade, que compartilha harmoniosamente seu território, linguagem e cultura, em um tempo e espaço fixo, como diria Benedict Anderson em sua obra sobre comunidades imaginadas. Não é um processo isento de contestações e revisões. As datas e os momentos históricos que se firmaram na memória coletiva contribuem para mapear a formação do “dominicano”, mas deixa de fora debates muito mais complexos, que se desenrolam até hoje. Os macro-eventos – a dominação haitiana, o flerte com os estados europeus a fim de se tornar protetorado, a reaproximação com a Espanha, etc – não podem ser as únicas linhas mestras da história da construção da nação dominicana. É nos pequenos relatos, nas histórias fragmentadas, nos eventos não heroicos que a nacionalidade vai se configurando. É principalmente na fronteira com o Haiti onde as trocas diárias, a convivência pacífica, o comércio informal e a mestiçagem são mais naturalizadas que o discurso oficial perde vigor. A origem africana foi constantemente apagada da memória oficial do país por meio de discursos oficiais, mídia visual e pela adoção de uma base epistemológica eurocêntrica, mas a herança racial e cultural não desapareceu. Enquanto muitos países lidaram com a construção da identidade e da nação em seus primeiros momentos como independentes, a identidade dominicana ainda passa por reformulações.

A construção da memória social de forma a forjar inimigos não é uma excepcionalidade da República Dominicana. Para citar alguns exemplos, ocorreu em Ruanda no período que antecedeu o genocídio dos tutsis pelos hutus, ocorreu na base da ideologia do apartheid na África do Sul, tem sido construída hoje na estereotipificação do terrorista árabe no Ocidente. É um perigo real e atual. Racismo também não é exclusividade de alguns países. Ser negro tem sido considerado por anos como algo negativo, inferior. Na República Dominicana racismo, construção da memória a favor de uma elite econômica, geopolítica regional e nacionalismo nostálgico se imbricam de forma clara e complexa.

Na República Dominicana há uma divisão entre a percepção biológica do que é ser negro e uma percepção social: “soy negro blanco”. Em outras palavras, pigmentação da pele não é suficiente para motivar ações políticas negrofóbicas.

Moya Pons afirma que muitos negros, no século XIX, se identificavam pelo termo “blancos de la tierra” e conclui que “while their skin became gradually darker, the mentality of Dominicans turned increasingly whiter” (239). Uma mescla de questões de geopolítica, colonialismo, classe social, raça e gênero se imbricam para determinar a identidade dominicana. Não há como centrar apenas nas categorias raciais tradicionais, inspiradas nas experiências de outros países, como EUA ou Haiti, para explicar o fenômeno das peles negras, máscaras brancas. Muitos intelectuais negros, como Marrero Aristy ou Manuel Núñez, estão profundamente envolvidos na construção da supremacia branca e o anti-haitianismo. Com certeza suas lógicas transcendem a questão meramente racial e interseccionam outros fatores como a constituição de elites negras e mulatas e a afirmação da diferença numa geopolítica mundial e regional. A posição social, nesse caso, é o fator de identificação. Para tentar compreender o processo de construção da nação dominicana e o papel da raça é preciso entender como posição econômico-social, etnia, raça e colonialismo se conjugam para decantar em um tipo social.

Esse sentimento nacionalista baseado em um anti-haitianismo pode ser entendido como um esforço das classes dominantes para permanecer no topo da hierarquia. Franklin J. Franco, quando fala do pensamento colonialista da oligarquia governante, alude ao legado racista, classista e colonial, mas também aos interesses da classe dominante na manutenção do anti-haitianismo. Sagás afirma que

... in the Dominican Republic, antihaitianismo ideology has played several roles. First, it has been used as the basis for discrimination of Haitians, the country's largest ethnic minority. Second, it has been employed as an ideological weapon of control and manipulation of the Dominican people – specifically the dark-skinned lower classes – for it diffuses class tensions and moves the political agenda away from the issue of equitable redistribution of wealth in Dominican society. And third, since its development it has remained a dominant ideology, competing against and subjugating alternative ideas. Antihaitianismo ideology is so ingrained in Dominican culture that antihaitianismo has become the norm, rather than the exception, in Dominican society (122).

Para além de um esforço acadêmico para discutir as causas da existência de um discurso nacionalista racista na história da República Dominicana,

o texto procurou denunciar como uma elite letrada pode estar a serviço do poder e, assim, manipular a construção do imaginário nacional e da memória social. Ter consciência disso é o primeiro passo para entender que as produções que se afirmam científicas podem assumir a forma de meros instrumentos de opressão e exclusão. História e memória são construções sociais e, portanto, sujeitas às intempéries do poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALAGUER, JOAQUÍN. *Guía emocional de la ciudad romántica*. Santo Domingo, Ediciones Alpa, 1969.
- _____. *La realidad dominicana: semblanza de un país y de un régimen*. Buenos Aires, Editora Ferrari, 1947.
- _____. “Carta de Joaquín Balaguer a los intelectuales colombianos”. *Documentos del conflicto dominico-haitiano de 1937*, José Israel Cuello, editor, Santo Domingo, Ediciones de Taller, 1985.
- BHABHA, HOMI. *Narrating the Nation*. Londres, Routledge, 1990.
- CASTOR, SUZY. *Migraciones y relaciones internacionales (El caso dominico-haitiano)*. México DF, Impresos Lamac, 1983.
- DANTICAT, EDWIDGE. *The Farming of Bones*. Nueva York, NY Penguin Books, 1999.
- DE CERTEAU, MICHEL. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2011.
- FANON, FRANTZ. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, Edufba, 2008.
- FOUCAULT, M. “A ordem do discurso: aula inaugural no College de France”, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo, Loyola, 2007.
- FRANCO, FRANKLIN J. *Blacks, mulattos, and the Dominican Nation*. Nueva York, Routledge, 2015.
- GARCÍA, JUAN MANUEL. *La matanza de los haitianos: genocidio de Trujillo, 1937*. Santo Domingo, Editora Alfa y Omega, 1983.
- GARCÍA-PEÑA, LORGIA. *The Borders of Dominicanidad: Race, Nation, and Archives of Contradiction*. Durham, Duke University Press, 2016.
- GELLNER, ERNEST. *Nations and Nationalism*. Ithaca, Cornell University Press, 2008.

- GILROY, PAUL. "The end of anti-racism". *Race, Culture, and Difference*. Londres, Sage, 1992.
- GRAMSCI, ANTÔNIO. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- HALBWACHS, MAURICE. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro, 2004.
- HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2014,
- HOBBSAWN, ERIC y TERENCE RANGER. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- MARRERO-ARISTY, RAMÓN. *La República Dominicana: origen y destino del pueblo cristiano más antiguo de América*. Ciudad Trujillo, Editora del Caribe, 1957.
- MARTINEZ-VERGNE, TERESITA. *Nation and Citizen in the Dominican Republic, 1880-1916*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2005.
- MATEO, ANDRÉS L. *Mito y cultura en la era de Trujillo*. Santo Domingo, Manatí, 2004.
- MOYA PONS, FRANK. "Dominican National Identity and return migration". *Occasional Paper*, N° 1, Center for Latin American Studies, University of Florida, 1981, pp. 23-33.
- PAULINO, EDWARD. *Dividing Hispaniola: the Dominican Republic's border campaign against Haiti, 1930-1961*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 2016.
- PEÑA, JULISSA. "Yo soy negro, pero negro blanco': Hispanicity, Antihaitianismo and Genocide in the Dominican Republic". Thesis submitted to Westeyan University, 2012.
- PEÑA-BATLLE, MANUEL ARTURO. *Orígenes del Estado haitiano*. Ciudad Trujillo, Editora Montalvo, 1954.
- PÉREZ, LUIS JULIÁN. *Santo Domingo frente al destino*. Santo Domingo, La Fundación Universitaria Dominicana, 1990.
- POLLAK, M. "Memória e Identidade Social". *Estudos Históricos*, N° 10, vol. 5, 1992, pp. 200-212.
- RAMA, ÁNGEL. *La ciudad letrada*. Montevideo, Arca, 1998.
- RICOURT, MILAGROS. *The Dominican Racial Imaginary: Surveying the Landscape of Race and Nation in Hispaniola*. Nueva Jersey, Rutgers University Press, 2016.

- RODRIGUES PINTO, SIMONE. “Modernidade, colonialidade e direitos humanos na América Latina”. *Direitos Humanos, Cidadania e Violência no Brasil: Estudos Interdisciplinares*. Vol. 4. Curitiba, Editora CRV, 2016, pp. 121-134.
- ROSA, RENATA DE MELO. “Nação, nacionalismo e diferenças de gênero e raça na República Dominicana e no Haiti”. *Universitas: Relações Internacionais*, Nº 2, vol.3, 2005.
- SAGÁS, ERNESTO. “A Case of Mistaken Identity, Antihaitianismo in Dominican Culture”. *Latinamericanist*, Nº 29, 1993, pp.1-5.
- SAN MIGUEL, PEDRO LUIS. *The Imagined Island: History, Identity, and Utopia in Hispaniola*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2005.
- SERRATA, MÉDAR. “Anti-Haitian Rhetoric and the Monumentalizing of Violence in Joaquín Balaguero ‘Guía emocional de la ciudad romántica’”. *Hispanic Review*, Nº 3, vol. 81, 2013, pp. 263-284.
- _____. “Poética de la dictadura: el poder de las palabras en la Era de Trujillo”. *País Cultural*, Nº 2, vol. 6, 2011, pp. 64-77.
- TORRES-SAILLANT, SILVIO. “The Tribulations of Blackness: Stages in Dominican racial identity”. *Latin American Perspectives*, Nº 3, vol. 25, 1998, pp. 126-147.
- VEGA, BERNARDO. *Trujillo y Haití*. 2 vols. Santo Domingo, Fundación Cultural Dominicana, 1995.

Recepción: 04.09.2017

Aceptación: 11.12.2017